

**CULTURA, EDUCAÇÃO E CIBERNÉTICA: IMPACTOS E CONFLITOS NA
SEGURANÇA E NA SOBERANIA***



Maria Helena de Amorim Wesley**



Cruz Alta - RS – Setembro de 2016

EASA - Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas – VI SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO. *Militares, Educação e História: reflexões para a contemporaneidade.

****BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>) – ABD – Acadêmica Perpétua Fundadora – Doctor Ph.D. International Relations.**

SUMÁRIO

	p.
RESUMO	03
I – INTRODUÇÃO	04
II – SOBERANIA, SEGURANÇA E DEFESA	05
III – O IMPACTO CIBERNÉTICO NA CULTURA	09
3.1 – <i>Informação e Segurança do Ensino</i>	11
3.1.1- <i>Fragmentação e esvaziamento de valores através dos meios de comunicação</i>	12
3.1.2 – <i>A Educação e o Terrorismo silencioso: estratégias de inversão e ferramentas disponíveis.</i>	13
IV – CONCLUSÃO	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	20
ANEXOS	22

RESUMO

Breve reflexão sobre as recentes e nebulosas tentativas de definições e conceitos sobre Cultura adotados por profissionais de várias categorias e veiculados amplamente pela mídia. Cultura, Educação e Instrução não são sinônimas e tal consideração pode configurar uma visão rasa e superficial que obscurece etapas evolutivas, desprezando o fato indelével da inexistência de agrupamentos humanos desprovidos de cultura, traço ínsito do processo civilizatório que distingue o homem dos demais animais. Rejeitar a existência das diversidades culturais e a simultaneidade de etapas evolutivas mundiais inerentes àquele processo agora adicionados ao advento cibernético carregam reações intempestivas e desconexas quando confrontadas com o absoluto desconhecimento da verdade científica atestada pela História como se pode verificar na recente proposta de fusão do Ministério da Cultura com o da Educação. É exemplo que dispensa maiores comentários. Tomando a veracidade científica de que a Cultura antecede a Educação e esta precede a Instrução, pode-se concluir, a priori, que as regras de convívio, os sistemas de crenças, a língua e os modos de produção que regem a Sociedade são componentes estruturais das mais diversas culturas atualmente convulsionadas pelo fascínio tecnológico das redes cibernéticas. O sistema político internacional hodierno, imerso em questões que nenhuma geração prévia teve de arrostar, tem na globalização uma agenda carregada de novos riscos e novas imprecisões marcando a revolução múltipla (tecnológica, econômica e sociocultural) que tem na cibernética o principal agente transformador de todos os paradigmas estruturais que constituem a Cultura.

Palavras-chave: Cultura – Cibernética - Educação – Defesa – Soberania

I – INTRODUÇÃO

Embora muitos possam considerar intolerância as críticas aos que se julgam donos da verdade, emitindo em profusão pareceres em textos e vereditos, bem como definições e conceitos sobre Cultura os parcimoniosos conhecimentos antropológicos desta autora não aceitam a nebulosa colocação difundida amplamente pela mídia. Cultura, Educação e Instrução não são sinônimas e tal consideração pode configurar uma visão rasa e superficial que obscurece etapas evolutivas do processo civilizatório.

A sensação é de que, atualmente, o mundo acadêmico ignora o fato indelével da inexistência de agrupamentos humanos desprovidos de cultura, traço ínsito do processo civilizatório que distingue o homem dos demais animais, a exemplo do arquétipo formiga. Conseqüentemente, por jamais aceitar as perenes diversidades culturais e a simultaneidade de etapas evolutivas inerentes àquele processo, sentem-se superiores e derrapam desastradamente no jogo execrável de uma política agressiva implantada por elementos conceituados como *artistas, intelectuais, sábios* e assemelhados, que se abespinham ao serem confrontados com o absoluto desconhecimento da verdade científica atestada pela História. O destempero presenciado recentemente sobre a pretendida fusão do Ministério da Cultura com o da Educação é exemplo que dispensa maiores comentários. Beiram a histeria na eterna busca da ribalta, emitindo análises sobre assunto que não conhecem em profundidade, sem embasamento científico, que ecoam como vaidade tosca em busca de impor uma visão individual que os diferencie dos incapazes¹ *sem cultura* confirmando assim a própria ausência de conhecimento.

Tomando a verdade científica de que a Cultura antecede a Educação e esta precede a Instrução, pode-se, com facilidade, encontrar na Cultura as regras de convívio, os sistemas de crenças, a língua e os modos de produção que regem a Sociedade. A penúria em vislumbrar lucidez profissional nativa no que tange o conhecimento científico do autêntico significado de Cultura certamente se fixa no desatino ou malícia das críticas e análises emitidas e propaladas na grande mídia. Esta autora, particularmente, se sentiria acabrunhada fazendo apreciações e

¹ Há que ter cuidado com o uso do termo *ignorante* na medida em que sempre se ignora algo no campo do conhecimento, além de negligenciar com tal atitude todas as manifestações culturais a exemplo do Folclore (**folk**: povo, tribo, nação; **lore**: saber, fatos e tradições)

diagnósticos sobre questões gramaticais da norma culta ou algo que seja restrito a área de outrem.

O momento atual exige um mínimo de honestidade para com a juventude, quando se compartilham as benesses do rápido acesso as informações e simultaneamente se destroça o inerente idealismo ao ser afrontado com a realidade cultural solapada durante décadas nos bancos escolares intensificados pela mídia e entranhado no comportamento político, embora se deva enfatizar a essencialidade da atividade política nas sociedades (Puggina, 2016) quando se pode, no entender desta autora, lembrar a importância do real sentido entre **governo** e **poder** como cerne para a compreensão do atual momento talvez como passo inicial para enfraquecer a trivial prática do *jeitinho brasileiro*.

II – SOBERANIA, SEGURANÇA E DEFESA

A capacidade do Brasil como potência regional, sempre sob o escudo na defesa da vida e das tradições de seu povo, vem sendo abalada por uma torrente de violência como nunca *antes na história deste país...* A ladainha televisiva diária é a mesma em todo o território nacional, institucionalizando o tráfico de drogas, a matança desenfreada, perpetrando em reportagens, as mais indignantes e incisivas imagens de sofrimento, de morte e de desaparecimento de pessoas jogadas ao desamparo pelos **direitos humanos** que protegem bandidos e impedem a polícia de subir os degraus das favelas. Mostra, também, a exigência daqueles para com os moradores e transeuntes sem que nem uma autoridade mexa um dedo.

Até muito recentemente desde a Presidência da República, do Ministério da Defesa, comandantes militares, senadores, governadores e até vereadores seguiam impassíveis suas atividades e *nigrinhagens* políticas ignorando a expansão da guerra civil dentro de nossas fronteiras. Certamente isso concorre para o total esvaziamento ou substituição do termo **excelência**² (que denota nobreza, dignidade) franqueado a esses personagens da vida pública, seguindo,

² O esvaziamento ocorre pela substituição de vocábulos chulos e obscenos

em ritmo acelerado pelo uso da internet, a dinâmica da língua sugerida por Saussure no início do século passado (2002)³.

A sociedade abalada e esgarçada pelo desmonte da Democracia de Estado de Direito, fragilizou as forças de defesa (indústria, comércio, cultura, diplomacia, economia, ciência e tecnologia) e a complexidade dramática desse cenário nacional despontou no início da última década do século XX, quando do açoitamento no sistema educacional e aponta para a capitulação.

Talvez por ser civil, esta autora pode ressaltar com mais liberdade o aparelhamento desastroso do Ministério da Defesa e do seu irmão siamês Ministério das Relações Exteriores após o abjeto esvaziamento gestado em 1995 que lamentavelmente seguiu à risca uma formação histórica onde a maioria dos governantes - sobretudo os civis - foi incapaz de olhar para o futuro, sobrepujando ambições individuais.

Exceto Itamar Franco, as represálias subjetivas promulgadas no acoamento político dirigido aos que não concordam ou não se submetem aos governantes povoaram a triste história nacional imprimindo o atual despertar e amadurecimento em realidade dolorosa e violenta fruto do aparelhamento das instituições.

Há muito que estudar e trabalhar para afirmar o surgimento de governantes livres dos atributos que desde a queda do Império se fundaram na egolatria, ficando cunhas nas Constituições, distorcendo e burlando leis em nome da política. Entretanto, o advento de lideranças políticas⁴ já desponta no Congresso, aliadas a nova safra de Procuradores (MP, PF), Juízes, Oficiais (FFAA), jovens estudantes e demais segmentos civis. E isso sugere um caminho para a solidificação da República, contrapondo-se as desonestas versões apregoadas nas mídias oficiais, em geral análogas a um celeiro de inanição cognitiva, como se pôde depreender na recente palestra do Comandante do Exército, General Villas Bôas, na Universidade de Brasília⁵, na tentativa de aproximação e

³ A língua, como todo sistema de valores, só se constitui nas relações sociais que são inexoravelmente alteradas pelo tempo sendo incapaz de se defender dos fatores que deslocam, de minuto a minuto, a relação entre significante e significado. É uma das consequências da arbitrariedade do signo (Saussure, 2002, p.90-3).

⁴ A exemplo do Governador Taques e Senadores Caiado, Ana Amélia e Simone Tebet, Deputado Marcel van Hattem além de jovens como Felipe Moura Brasil e Kim Kataquiri.

⁵ Em 19 de abril de 2016, no dia do Exército (19), o General Villas Bôas fez palestra aos estudantes e professores do UniCEUB (Centro Universitário de Brasília) com o tema *O papel do Exército na vida nacional*. A cobertura do evento feita por Heloisa Cristaldo (Agência Brasil - Empresa Brasil de Comunicação – EBC, voz oficial do governo) produziu, como é costume, uma lamentável versão sob o título *Comandante Geral do Exército: 1964 foi um erro das Forças Armadas*. Vale consultar o vídeo na internet.

intercâmbio com instituições e parcelas da sociedade notadamente as que representam o sistema de Ensino.

A informatização dos sistemas de administração e de comunicação consolidou o aparecimento de sistemas econômicos e sociais dependentes que extrapolam o controle ideológico. Os meios de comunicação revestidos pelo aparato dos meios eletrônicos alcançam seu auge com as redes informatizadas de comunicação internacional, ratificando a direção das mutações tecnológicas da convergência conservadora da estrutura social, cujo conceito da aldeia global traduz um velho ideal colonizador onde a dominação se dissimula na globalização (Wesley, 2012).

A revolução tecnológica, incorporada ao recente vácuo de poder, transforma-se em poderosa ferramenta, através de ONGs, missões religiosas e ambientalistas, a serviço dos interesses internacionais, afetando negativamente a Segurança e a Soberania (fragilizando fronteiras físicas), as Forças Armadas e a Diplomacia, atingindo de forma deletéria a segurança interna e externa do Estado. Instala, geralmente, maior dependência através do assistencialismo e do empobrecimento cultural, causando o aparecimento da insegurança geradora da violência (urbana e rural), ameaças e práticas terroristas. Compõem, desse modo, elementos favoráveis à ingerência internacional na frágil Defesa Nacional em favor do almejado Governo Mundial, configurando um novo processo de recolonização ou uma *nova face corsária* (Quadro 1).



O *fatiamento* do conhecimento científico - fraturando a interdisciplinaridade que lhe é própria - observado no ensino efetuado nas especializações enfraquece e dificulta a visão de conjunto e as consequências das pesquisas e análises caso não seja respaldado por docente responsável, transformando alunos e estagiários em *peões de obra* na conhecida e complicada fase de coleta de dados ou pesquisa de campo. O advento cibernético fragilizou, para o bem e para o mal, tal prática apontando mudanças profundas nos papéis discentes e docentes⁶.

O refinamento sedutor tecnológico da internacionalização cibernética ampliou a percepção igualitária e a instantaneidade colonizadora aprofundou a miragem da comunhão cuja analogia entre colônias e metrópoles deságuam no esvaziamento dos antigos conceitos do nacionalismo e da soberania, procurando torná-los obsoletos.

O Território Virtual ou *Ciberespaço* assinala a renúncia incondicional criado pelas fronteiras físicas e políticas subtraindo da realidade conceitual clássica de território, associada a um conceito novo, de rede, fundamentada pela localização da informação como elemento identificador do território no ciberespaço e instituindo uma nova modalidade de *Fronteira Metafísica* e *Fronteira Extra-limites* (Côrtes, 2006).

Para se ter Segurança e Soberania há que se construir conhecimento alinhavado com a cultura nativa, o que só é possível através do Ensino e da Educação, pilares que vêm sendo aceleradamente destruídos, por inaptidão ou má fé, e gestando a vulnerabilidade das infraestruturas críticas brasileiras com nefastas consequências para a Segurança Nacional, como se pode constatar nas interrupções da rede nacional de fornecimento de energia elétrica. As recentes falhas originaram prejuízos financeiros abissais e, apesar de pouco comentada pela mídia, cresce a sensação de precariedade em consequência das escassas e prolixas elucidações oferecidas à sociedade.

Os óbices enfrentados pelo país ao desenvolvimento e acesso às Tecnologias Sensíveis estão explícitos no *Congresso Internacional sobre Tecnologias Sensíveis* realizado no Rio de Janeiro, em 1996, patrocinado pela ONU e pela Subsecretaria de Inteligência da Presidência da República, onde se estabeleceram que o Brasil e demais países com riquezas naturais abundantes

⁶ Alunos adquiriram autonomia com o uso da internet e docentes se sentem confusos diante do volume de informações franqueadas.

não deveriam prosperar nessas tecnologias. Essas ficariam restritas aos países desenvolvidos porque, como podem ser aplicadas para o bem e para o mal, os países em desenvolvimento poderão delas fazer mau uso. Tal imposição, levada a termo, alarga e fortalece a dependência, não só tecnológica, e fere mortalmente a Soberania, a Segurança e Defesa de qualquer país, travando a construção do conhecimento científico em todas as áreas. Este, aliás, é outro exemplo de Fronteira Metafísica (Côrtes, 2006).

Ainda assim, somente na área militar se percebe o avanço nas políticas com vistas à Defesa Cibernética, podendo o mesmo ser potencializado com aprimoramentos na estrutura tendo em vista o alargamento da integração entre as Forças Armadas. Sem prescindir dos treinamentos convencionais, as escolas militares de formação estão se estruturando, participando e incentivando o estudo de disciplinas eletivas ligadas à Tecnologia da Informação. Reforça-se, desse modo, a premissa de que o sucesso passa pelo investimento em educação séria, bem orientada e de qualidade, conjugada pela trilogia: Determinação, Inteligência e Seriedade com bons exemplos vindos de cima, firmando a importância de um governo eficaz no processo (Pacitti, 2002, p. 422).

Permanece aqui, neste espaço, a solitária sugestão, mais do que esperança, já explicitada em trabalho anterior (Wesley, 2016) para o item basilar nas concepções, sobretudo de um Ministério da Defesa e de um Ministério das Relações Exteriores resguardados de ideologias político-partidárias atentando-se ao relevante fato de que os referidos ministérios constituem Instituições Nacionais Permanentes que baseiam e preservam a Soberania e a Defesa do Estado. Os governos e os regimes são transitórios...

III – O IMPACTO CIBERNÉTICO NA CULTURA

Os processos mentais que gerem o comportamento humano sempre foram o alvo preferencial dos governantes e ao longo de toda a história da humanidade os homens, mesmo diante de fortes evidências de ameaça, continuam seguindo líderes déspotas ou visionários resistindo a observar à realidade sobrevinda do árduo processo de aquisição do conhecimento que inclui o pensar, a reflexão, a

imaginação, a atenção, o raciocínio, a memória, o juízo, o discurso, a percepção visual e auditiva, a aprendizagem, a consciência, as emoções. Esse comportamento advém da barreira cognitiva inserida e manipulada por governos despóticos a fim de induzir a adoção de valores e utopias dissonantes da realidade, rechaçando o raciocínio e a lógica, mesmo diante de fatos objetivos, independentemente do grau de instrução, podendo em muitos casos conduzir a uma autêntica inanição cognitiva. É possível que os peritos em comunicação instituem eloquências arrebatadoras, com intuito de camuflar e abduzir o tema principal e, assim, resguardar a reflexão dos seguidores ou adeptos.

Eis porque se vem tentando, ao longo da vida profissional, elucidar a importância dos arcabouços que alicerçam a Cultura anteriormente constituída pelas estruturas Associativa, Adaptativa e Ideológica até o advento Cibernético, quando se instituiu a inversão da forma convencional no estudo e análise da Cultura conforme os quadros 2 e 3 que seguem:



O advento da Estrutura Cibernética, originada pelas transformações tecnológicas, afetando simultaneamente todas as demais estruturas, contraria a tradicional forma de analisar as culturas (Quadro 1). A inversão na ordem das estruturas que anteriormente assinalava alterações, primeiramente na estrutura adaptativa, agora se dá na estrutura ideológica e as consequências são imprevisíveis. Pode-se somente inferir um maior controle sobre a sociedade e os meios de comunicação, o rompimento do modelo político patriarcal, o esvaziamento de modelos sociais, alterações nas relações produtivas (trabalho, economia), radicalização de crenças, novas formas de violência (perda da privacidade e práticas terroristas), estímulo à importação tecnológica (com a geração de dependência), e provável inversão da ordem tradicional de transformação até então adotada, com a ressalva de que não basta ter acesso e informação (via informática): é necessário que se tenha conteúdo a fim de gerar conhecimento.

3.1 – Informação e Segurança do Ensino

Na Cultura a primazia do sistema ideológico sobre o social e sobre o sistema econômico fortalece os líderes políticos através de acadêmicos e intelectuais e podem patrocinar o controle ou adequação dos regimes totalitários via processos democráticos, criando valores comuns e dominantes capazes de reprimir a cultura da Nação, impetrando um intenso alcance na religião, nas escolas, nos meios de comunicação de massa e nas universidades.

Os movimentos concentrados para assimilação de uma nova Cultura Nacional, administrados por pensadores e discípulos excluindo trabalhadores, têm como objetivo central a redefinição do todo cultural conduzida através de uma nova nomenclatura que retifica currículos, reinterpreta livros e decompõem a arte na busca inexorável de posse do Estado⁷, alastrando-se nos meios de comunicação e impelindo a implantação dos regimes totalitários, em especial na América Latina onde os estabelecimentos de ensino se assemelham a indústrias que cunham consciências, onde os governos se apresentam distanciados de qualquer proteção do que realmente se apreende como sociedade democrática.

⁷ Como exemplo basta lembrar o governo de Lázaro Cárdenas (México) nos anos 30 onde Gonzalo Vasquez Vela, Ministro da Educação, afiançava que *o materialismo histórico era a base filosófica da educação mexicana*.

O desatino das colocações desnorreadas sobre o Ministério da Cultura leva a crer que a Cultura Brasileira é propriedade de uma horda de ideólogos, sustentada pela economia arrasada de um país onde hospitais são diariamente fechados e pessoas são assassinadas como bichos nas ruas.

Uma cultura cujos emissários máximos são indivíduos ferozes patrocinados por leis e verbas do Estado Brasileiro e que precisam de dinheiro público para viver e se difundir, assemelha-se ao darwinismo histórico de Hitler além de insinuar que tudo que não é cultura **do** Ministério é inferior e deve desaparecer conforme se pode depreender na declaração de um dos mentores da cultura brasileira⁸, onde a vida cultural talvez se restrinja a fumar maconha, dançar funk...

3.1.1- Fragmentação e esvaziamento de valores através dos meios de comunicação

Pode-se afirmar, cuidadosamente, que o advento cibernético trouxe a lume fatos e comportamentos condenáveis pela sociedade tradicional (pedofilia, tráfico de pessoas), embora a História comprove a existência daqueles perdidos na poeira do tempo como agentes detentores de práticas e privilégios restritos da fina flor ateniense.

Muito além da perda da privacidade, também, passou a ser utilizado como ferramenta imprescindível para a implantação de uma revolução cultural nos moldes da revolução chinesa⁹.



Tomem-se como exemplo o Japão e a Alemanha que derrotados na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) se reergueram graças ao reaproveitamento das

⁸ O cantor Caetano Veloso dirigiu-se ao Presidente da República (diante do recuo na extinção do MINC) afirmando que [...] *apreendeu a lição e vai deixar a cultura para os cultos.*"

⁹ Mao lançou a Revolução Cultural quebrando a hierarquia nas escolas e mobilizando os alunos a desafiar e achacar os professores e estimulados por Mao, espalharam o terror por todo o País. A elite cultural do País foi humilhada e dizimada. No Brasil, a revolução cultural pode estar sendo feita sob o místico nome de *Escola Plural*, ao impedir que os alunos absorvam a cultura iluminista (conforme o modelo chinês) através da quebra da hierarquia confrontando os alunos com os professores (proibidos de repreender e castigar os alunos).

fábricas e indústrias, além de contarem, também, com grande ajuda estrangeira, no caso da Europa como parte do Plano Marshall¹⁰. Deve-se ressaltar que o mais importante para essa recuperação talvez resida em já terem excelentes sistemas educacionais, capazes de formar técnicos e cientistas qualificados - sobretudo o Japão - e investirem pesadamente na área de tecnologia que, alicerçada no nível cultural da população, transformaram ambas essas Nações em potências internacionais, apesar da desmilitarização do pós-guerra e da proibição de rearmamento estabelecido pelas novas Constituições e, sem dúvida, favorecidas pelas características da Guerra Fria.

3.1.2 – A Educação e o terrorismo silencioso: Estratégias de Inversão e ferramentas disponíveis.

Vários estudiosos salientaram o papel crucial dos professores e cientistas para a definição e manutenção da sociedade e da cultura. Os exemplos históricos mostram que as disputas entre ideologia e política educacional compõem uma teia complexa de relações de alianças e guerras que foram decisivas para assegurar o domínio.

Tentar-se-á pinçar algumas falácias sobre o atual sistema de Educação, imposto arbitrariamente por políticos que se locupletam em balizar os procedimentos de ensino alvo de políticas e ideologias, cujo único objetivo é a assimilação progressiva das gerações em construção.

Nas últimas duas décadas, essa situação vem sendo alterada, pelo menos do ponto de vista legal, com a adoção em vários países, inclusive no Brasil, de Constituições nacionais que rompem com as tradicionais metas educacionais e buscam impor novas fórmulas de comportamentos sociais e apagamento da pluralidade étnica de sua população, o que contraria a abissal dimensão da disparidade social e econômica no sistema educacional brasileiro e obriga a acolher a evidência de que, qualquer que seja o sistema educacional só responde à sua aptidão quando ajustado em critérios da **meritocracia** como gerador da excelência. E o Brasil ainda não rompeu com essa inércia. O desempenho educacional brasileiro é mais do que preocupante. É alarmante.

¹⁰ Programa criado pelos Estados Unidos para reabilitar a economia da Europa após a guerra.

“[...] o desempenho dos 5% melhores alunos brasileiros é comparável à média dos alunos dos países da OCDE. E também aqui os resultados da elite brasileira encontram-se estagnados. Nossa elite educacional é medíocre e apenas sobrevive porque a camada de baixo não possui poder de pressão.” (Oliveira, 2016)

Diante da economia global competitiva, o país não cuida de estimular e promover sua elite educacional e fica cada vez mais para trás exigindo dela altos níveis de desempenho. Basta que se recorra à comparação particularmente relevante para o Brasil nos BRICS, especialmente China e Rússia, parceiros comerciais mais próximos, cujo desempenho também vai deixando o Brasil em piores condições de competir.

A crescente interferência na vida pessoal do cidadão brasileiro alude à absoluta ociosidade e incompetência de incontáveis burocratas e tecnocratas que creem deter certezas sobre tudo o que ajuízam ser de sua alçada e cujas *técnicas*, supostamente emanadas da ciência, devem sobrepor-se aos valores individuais, apregoando, assim, a arrogância, o autoritarismo e a condescendência enfarada da estupidez e o acanhamento de horizontes visíveis no estabelecimento de normas, que vão desde como comprar medicamentos até a obrigatoriedade de substituir tomadas elétricas ou incluir equipamentos nos veículos.

Com a vigência da lei da palmada, em breve pais e mães denunciados serão colocados na cadeia pelo Estado e os filhos encaminhados à guarda competente, afetuosa e científica de instituições análogas à FUNABEM.

Após o combate ao tabagismo e ao álcool, já se avizinham regras para o que se deve e pode comer, conforme já ocorre nas cantinas e lanchonetes escolares, e por certo esses educadores se empenharão cada vez mais para enquadrar e punir com a perda do pátrio poder o pai que dê uma guloseima a seu filho. Fumantes e obesos, que oneram a saúde pública se tiverem filhos estarão delinquindo ainda mais, pelo mau exemplo¹¹.

A censura a livros nas escolas se mantém através de *técnicos em leitura literária*, encarregados de supervisionar os padrões estabelecidos como verdade científica¹².

¹¹ O ovo e a manteiga já foram condenados. Hoje são permitidos e até encorajados. São as *verdades científicas*.

¹² A censura dos escritos de Monteiro Lobato não desapareceu. O Autor só pode ser lido sob a supervisão de um professor com qualificações específicas.

No processo de deformação do Brasil como Estado-Nação, a educação brasileira destaca o papel de dois grandes grupos – o negro e o índio - considerados decisivos na definição da meta para a igualdade social.

A consolidação do sistema de quotas, que resulta em um processo de *apartheid* às avessas, se caracteriza pela discriminação crescente, não só racial, mas, também, comportamental, excluindo brancos e heterossexuais, além de retirar ou esvaziar da família a competência e a responsabilidade de modelocélula da sociedade e em breve teremos quotas para homossexuais. Recentemente se teve informação de que a Universidade Federal de Alagoas buscou estabelecer quotas para mulheres. As consequências são imprevisíveis se considerarmos a precariedade da situação dos homens na sociedade futura.

Entretanto, vêm de Alagoas os primeiros sinais de reação à caótica situação ao aprovar a **Lei Escola Livre** (Ver Anexo 1) que proíbe propaganda religiosa, ideológica ou partidária nas escolas. A Lei proíbe o professor de ativismo político na sala de aula apesar da pressão de ativistas e sindicalistas e o veto do governador foi derrubado por 18 a 8 (Nezinho, 2016).

Embora se insista por qualificar o período militar como período negativo no processo histórico “democrático” do Estado brasileiro, não há como omitir que esse também contou, de modo decisivo, com a qualificação ativa de docentes e cientistas ainda presentes nas instituições de ensino sob sua tutela. À sombra da nação, os colégios militares mantêm um papel fundamental para a formação dos jovens, apesar das arbitrariedades que vêm sendo impostas para a adoção do Novo Modelo de ensino, que se expandem e se consolidam graças às alianças políticas-ideológicas necessárias para garantir as posses de disputas partidárias, justificando as chamadas “reformas,” segundo as quais os docentes e discentes são pensados como elementos de fortalecimento da autoridade política, produtos da modernização, vassalos do Governo e defensores ideológicos.

Cabe lembrar que a política educacional brasileira do período militar até meados de 1995 continuou atuando para a construção política e simbólica da nação, exercendo um papel geopolítico fundamental, garantindo oficialmente em todas as regiões do território nacional, aos que eram vistos como vivendo à margem da civilização, uma relativa incorporação, pela educação e pelo trabalho, à comunhão nacional. Essa incorporação, feita *in loco*, mantinha índios,

ribeirinhos, caboclos e trabalhadores rurais nas regiões onde se encontravam, povoando os sertões e guardando as fronteiras.

Desse modo, nacionalizar os índios era fortalecer as fronteiras e assegurar o controle sobre os territórios mais isolados da Nação. As duas propostas caminhavam juntas e, de certa forma, continuavam, com uma nova roupagem, as políticas coloniais que mantiveram e legaram o atual território.

As incertezas que ora atravessam as instituições de ensino resultam das políticas, das reformas e do atual modelo de referência e deságuam na erosão da tessitura social e política subjacente no modelo econômico, onde a dívida interna garantiu o espetáculo oferecido pelos políticos dos maiores partidos e ficou nos grandes bancos que embolsaram o dinheiro público (Wesley, 2011).

A atual sociedade democrática, onde a desonestidade, a injustiça e a nebulosidade campeiam, não há como cada um ser responsável pelos seus erros e menos ainda assumi-los. No esgarçar dessa tessitura já não se vislumbra quem possa dizer quais os erros de cada trabalhador desempregado para ser punido; qual a falha de cada jovem para se sentir culpado, ou os erros de cada idoso aposentado para ser ou se sentir responsável ao ver os seus direitos adquiridos serem anulados.

IV – CONCLUSÃO

Jamais foi tão simples a opressão do homem pelo homem e basta um pouco de cautela para se intuir a fragilidade democrática das redes de comunicações, cujas revoluções estão centradas no fascínio tecnológico (e não na estrutura social) das redes cibernéticas que dilatam a miragem de participação democrática. O requinte tecnológico que fortalece o totalitarismo do sistema político procura impulsionar a globalização, ocultando-se na heterogeneidade dos elementos, objetivando a homogeneização universal, cujas aparências democráticas são animadas pela globalização sistêmica.

O padrão de consumo contemporâneo, mormente em países desenvolvidos, em geral pressionam os recursos existentes em regiões dos países de economia emergente, condicionando nestes o *consumismo* e o

conformismo de muitos setores sociais, ditos progressistas e detentores de informações relativamente privilegiadas, a exemplo de pesquisadores universitários, de órgãos públicos e de ONGs. Ao lado da impunidade, agravam o quadro sociocultural desvendado no recrudescimento das contradições instaladas em meados do século XX.

A perenidade das desigualdades socioeconômicas quer internamente, quer externamente faz parte da História. No contexto ideológico atual as pequenas divergências admitidas pelo sistema (através de *chats*, *blogs* e assemelhados) procuram suavizar o impacto da homogeneização e simultaneamente preencher certa carência *democrática* que camufla o totalitarismo estrutural abafando as discrepâncias, tirando proveito das adversidades, cooptando e invertendo seus objetivos e sistematizando-os numa prática ilusionista de manipulação.

O poder aquisitivo e as despesas tecnológicas invariavelmente consolidam uma dimensão inversa, enraizando as desigualdades e expondo os subterfúgios da globalização da suposta equidade que respectivamente enraíza as disparidades no plano mundial.

A dependência gerada pela funesta transferência tecnológica impõe limites severos à construção do conhecimento. Para esta autora, ninguém transfere ou abona conhecimento e não basta ter informações se não se souber como utilizá-las, o que só ocorre com a presença de conteúdo adquirido ao longo do tempo na constituição do conhecimento.

Ninguém esclarece aos desempregados, aos jovens e aos idosos que foram enganados, nem para onde foram os vários milhares de milhões retirados dos bolsos de cada um e depositados em bancos para serem aplicados sem que se tenha a certeza de quem os dilapidou e a favor de quem.

A lógica é a mesma, o comportamento é o mesmo, e já não é uma questão da direita ou da esquerda que está no poder. É uma questão de quem atualmente está no poder. A realidade que se impõe revela uma crise de valores, uma crise profunda do sistema democrático, que está em movimento e à deriva, cuja dívida interna, que financia e financiou os políticos temporários, ficou como herança, mas, o país de todos e que todos constroem, não pode parar, nem a História o permite e sempre se vai para um lado mesmo que não se queira.

O caminho que está sendo imposto como um tsunami silencioso pode arrastar o país para um desastre nacional, em que provavelmente predominará o desemprego, a violência e a provável desestruturação social.

A organização das sociedades se assenta num modo de desenvolvimento social e econômico, no qual a informação, como meio de produção do conhecimento, pressupõe a produção de riqueza. Mas, no espaço cibernético a curiosidade e o domínio auferidos pela informação esbarram no vazio criado pelo desprezo às diversidades culturais, típicos de toda transição, funcionando como cunha na construção do conhecimento, não só perpetuando a exclusão, mas ampliando-a em níveis alarmantes observados, sentidos e vividos no descontrole hodierno dessa inquietante trajetória.

A *transição* vivenciada apresenta forte desindustrialização, desqualificação profissional, desvios e perdas de reservas, desemprego, endividamento interno, falácia da reforma agrária; fragilidade nas relações de trabalho (esvaziamento da meritocracia); esvaziamento dos modelos comportamentais convencionais (privacidade, família, continuidade/imortalidade); adaptações e imposições constitucionais precárias; sociedade necrófila, barreiras ideológicas enraizadas (perda de referencial, imposição política); sedução cibernética e ilusão democrática (educação e ensino); Soberania e Segurança questionáveis pelo ranço histórico, novas faces do colonialismo (revolução tecnológica), práticas terroristas, tráfico e drogas, conflitos urbanos e rurais, diplomacia confusa.

Pena que a Constituição não autorize uma missão de paz aqui mesmo, no Brasil (para que o Gen. Santos Cruz mude o seu PC e o seu TO pra cá). Comparados os números, talvez se precise mais do que o Congo¹³.

Somente uma reação imediata e constante, valendo-se do arcabouço tecnológico em direção à revisão, adaptação e qualificação estratégica pode fortalecer os princípios que regem a Soberania e a Segurança através de uma preparação firme capaz de neutralizar os objetos intencionais da desconstrução das bases da Cultura Nacional, minimizando a perda ou esvaziamento de valores e o nivelamento social baseado no modelo do estrato mais baixo e sem meritocracia, restaurando o conceito de identidade nacional conforme as sugestões que seguem (Quadro 4).

¹³ Mais de 55 Mil pessoas morreram vítimas da violência em 2011 no Brasil. Além disso, virou moda matar queimando a vítima de roubo que tiver pouco dinheiro.



Vale sempre considerar a colocação:

“Uma nação pode sobreviver aos idiotas e até aos gananciosos, mas não pode sobreviver à traição gerada dentro de si mesma. Um inimigo exterior não é tão perigoso, porque é conhecido e carrega suas bandeiras abertamente. Mas o traidor se move livremente dentro do governo. Seus melífluos sussurros são ouvidos entre todos e ecoam no próprio vestíbulo do Estado. E esse traidor não parece ser um traidor; ele fala com familiaridade às suas vítimas; usa sua face e suas roupas e apela aos sentimentos que se alojam no coração de todas as pessoas. Ele arruína as raízes da sociedade; ele trabalha em segredo e oculto na noite para demolir as fundações da nação; ele infecta o corpo político a tal ponto que este sucumbe”. (Discurso de Cícero, tribuno romano, 42 a.C.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGNEW, John. *Sovereignty Regimes: territoriality and state authority in contemporary world politics*. Annals of the Association of American Geographers, 95 (2), pp. 437-461, 2005. Charter of the United Nations, June 26, 1945. <http://www.yale.edu/lawweb/avalon/un/unchart.htm>. 10/07/2005.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CÔRTEZ, Marcos Henrique Camillo. *As violações invisíveis das fronteiras: proposta inovadora para a tipologia das fronteiras*. Rio de Janeiro: Revista Ideias em Destaque, n° 20, jan./abr. 2006.
- CUNHA, Manuela Carneiro. *O governo dos índios sob a gestão do serviço nacional de proteção aos índios*. In **História dos Índios no Brasil**, Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal da Cultura, FAPESP, 1992 (pp. 155-172).
- HINSLEY, F. H. *Sovereignty*. New York: Basic Books, In., Publishers, 1966.
- JACKSON, Robert. *Quasi-states. Sovereignty, international relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- KRASNER, Stephen. *Sovereignty*. Foreign Policy n° 122, pp. 20-29, Jan/F, 2001.
- _____. a. *Rethinking the sovereign state model*. Review of International Studies, 27, 17-42, 2001.
- _____. b. *Failed states and shared sovereignty*. http://unglobalsecurity.org/pdf/Krasner_paper_shared_sovereignty.pdf - 19/02/2007.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um grande cerco de paz. Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes. 1995
- NEZINHO, Deputado Ricardo. DIÁRIO DO PODER. *A Lei da Escola Livre*. <http://www.diariodopoder.com.br/busca.php?q=PROIBIÇÃO%20DE%20PROPAGANDA%20POLÍTICA%20NAS%20ESCOLAS> Acessado 26 de abril de 2016 às 20:27
- PACITTI, Tércio. *Do Fortran à internet: construindo o futuro através da educação*. 3. ed. São Paulo: Thomson, 2002.
- OLIVEIRA, João Batista. *Educação no PISA*. <http://veja.abril.com.br/blog/educacao-em-evidencia/educacao-no-pisa-o-topo-e-o-fundo-do-poco/> Acessado em 23/05/2016 às 12:04
- PIKETTY, Thomas (acessado em 19/12/2010) http://ita.anarchopedia.org/B.7_Quali_classi_sociali_esistono_nella_societ%C3%A0_moderna%3F
- PUGGINA, Percival. *O maior de todos os assaltos: o assalto à inteligência*. Em <http://www.puggina.org/artigo/puggina/o-maior-de-todos-os-assaltos-o-assalto-a-inte/7928> . Acessado em 06/06/2016.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. Organização de Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger.

- Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 24^a ed. São Paulo: Pensamento-Cultrix, 2002.
- SCHMIDT, Helmut. *Le Mond* (8/12/2010)
http://www.lemonde.fr/europe/article/2010/12/07/helmut-schmidt-l-europe-manque-de-dirigeants_1449851_3214.html
- WESLEY, Maria Helena de Amorim. *Imigração, ameaças e terrorismo: intensificação dos conflitos assimétricos no Brasil*. Disponível no site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br/textos>) em maio de 2016.
- _____, Maria Helena de Amorim. *Fronteiras transnacionais, territórios cibernéticos e os impactos na Cultura e na Soberania Nacional*. Seminário Soberania Nacional e Relações Internacionais, ABD (Academia Brasileira de Defesa), 22/10/2011. Rio de Janeiro. Disponível em TEXTOS BRASILEIROS (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>).
- _____. *Território, Fronteiras e soberania: a Nova Face Corsária na Amazônia Brasileira e as Forças Armadas*. Texto extraído de **Brasil: transformações internas, relações externas e a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora PUBLIT, 2010. Disponível em TEXTOS BRASILEIROS (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>).
- _____. *Para que serve a Universidade Brasileira?* Disponível no site BRASIL BRASILEIRO (<http://www.brasilbrasileiro.pro.br>) no link TEXTOS BRASILEIROS. Disponível dezembro de 2011.
- The National Security Strategy of the United States of America*. September, 2002.
<http://www.whitehouse.gov/nsc> . Acesso 02/11/2007.
- Territórios Digitais: As Novas Fronteiras do Brasil*. **Estudos Avançados**, USP, 2005.
http://www.geolab.faed.udesc.br/sites_disciplinas/geoprocessamento_aplicado_ao_planejamento/docs/territoriosdigitais.pdf. Acesso 11/03/2013.
- <http://bsrsoft.com.br/?p=1276> Postado por Rogerio Chola às 22hs32min. 14/05/2013.

ANEXO 1

A Assembleia Legislativa Estadual de Alagoas derrubou nesta terça-feira (26) o veto do governador Renan Filho (PMDB) ao projeto da “Escola Livre”, por 18x8 votos, mesmo sob o protesto de um grupo estudantes e professores ativistas. A Polícia Militar foi acionada para evitar tumulto na Praça Dom Pedro II, no centro de Maceió, onde se localiza a sede do Poder Legislativo.

O deputado Ricardo Nezinho (PMDB), autor da proposta, lembrou que seu projeto tramitou por quase um ano, e nesse período não apareceram interessados em discuti-lo, disse ele, numa crítica ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas (Sinteal), que lidera os protestos contra a medida.

"O projeto está alicerçado na Lei de Diretrizes e Bases, no Estatuto da Criança e Adolescente, entre outras normativas. É inadmissível que somente agora tenhamos uma manifestação como esta", declarou Ricardo Nezinho.

O deputado Antônio Albuquerque (PTB) apoiou Nezinho: “O projeto busca garantir o respeito à cidadania, assegurando aos pais o direito de educar seus filhos conforme vossas convicções”. Outro deputado, Francisco Tenório, defendeu o projeto que veda a exposição ou pregação relativas a política ou a religião, por exemplo.

“Podemos observar que o projeto de lei em questão é muito bom para os alunos e toda a sociedade” – sustentou o deputado Chico Tenório (PMN) – “Precisamos de uma escola livre e, por isso, voto pela derrubada”.

O deputado Jó Pereira (PMDB) acha que trechos do projeto são inconstitucionais: “Não acredito que o autor do projeto tinha como objetivo agredir à Constituição, mas o texto feriu os artigos 206 e 207. A nomenclatura Escola Livre é um canto da sereia. Para que haja o debate de ideias nas salas de aulas, os professores precisam falar, ter liberdade de expressão. As manifestações devem acontecer na sala de aula, com o espaço para a retórica”, expressou Perreira.

Promulgação em 48 horas

Com a aprovação do projeto, o governador Renan Filho tem 48 horas para promulgá-lo. Caso não o faça, o procedimento ficará a cargo da Assembleia Legislativa. O Sindicato dos Professores de Alagoas (SIMPRO) prometeu recorrer à Justiça.

Após horas de discussão, os vetos do Plano Estadual de Educação e sobre a liberação de bebidas alcoólicas nas arenas esportivas foram adiados por 48 horas, a pedido do deputado Chico Tenório e Gilvado Barros (PSDB), respectivamente. Havia expectativa que todas essas matérias fossem analisadas na sessão desta terça-feira pelos deputados. Entidades sindicais marcaram presença durante a votação.

Leia, abaixo, a íntegra do projeto que agora será lei estadual:

LEI DA ESCOLA LIVRE

Art. 1º Fica criado, no âmbito do sistema estadual de ensino, o Programa “Escola Livre”, atendendo os seguintes princípios:

I – neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II – pluralismo de ideias no âmbito acadêmico;

III – liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;

IV – liberdade de crença;

V – reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

VI – educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;

VII – direito dos pais a que seus filhos menores recebam a educação moral livre de doutrinação política, religiosa ou ideológica;

Art. 2º É vedada a prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político ou ideológico.

§1º Tratando-se de disciplina facultativa em que sejam veiculados os conteúdos referidos na parte final do caput deste artigo, a frequência dos estudantes dependerá de prévia e expressa autorização dos seus pais ou responsáveis.

§2º As escolas confessionais, cujas práticas educativas sejam orientadas por concepções, princípios e valores morais, religiosos ou ideológicos, deverão constar expressamente no contrato de prestação de serviços educacionais, documento este que será imprescindível para o ato da matrícula, sendo a assinatura deste a autorização expressa dos pais ou responsáveis pelo aluno para veiculação de conteúdos identificados como os referidos princípios, valores e concepções.

§3º Para os fins do disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, as escolas confessionais deverão apresentar e entregar aos pais ou responsáveis pelos estudantes, material informativo que possibilite o conhecimento dos temas ministrados e dos enfoques adotados.

Art. 3º No exercício de suas funções, o professor:

I – não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para qualquer tipo de corrente específica de religião, ideologia ou político-partidária;

II – não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas;

III – não fará propaganda religiosa, ideológica ou político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas;

IV – ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, com a mesma profundidade e seriedade, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas das várias concorrentes a respeito, concordando ou não com elas;

V – salvo nas escolas confessionais, deverá abster-se de introduzir, em disciplina ou atividade obrigatória, conteúdos que possam estar em conflito com os princípios desta lei.

Art. 4º As escolas deverão educar e informar os alunos matriculados no ensino fundamental e no ensino médio sobre os direitos que decorrem da liberdade de consciência e de crença asseguradas pela Constituição Federal, especialmente sobre o disposto no Art. 3º desta Lei.

Art. 5º A Secretaria Estadual de Educação promoverá a realização de cursos de ética do magistério para os professores da rede pública, abertos à comunidade escolar, a fim de informar e conscientizar os educadores, os estudantes e seus pais ou responsáveis, sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente, especialmente no que se refere aos princípios referidos no Art. 1º desta Lei.

Art. 6º Cabe a Secretaria Estadual de Educação de Alagoas e ao Conselho Estadual de Educação de Alagoas fiscalizar o exato cumprimento desta lei.

Art. 7º Os servidores públicos que transgredirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos a sanções e as penalidades previstas no Código de Ética Funcional dos Servidores Públicos e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civil do Estado de Alagoas.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.